

STJ00100512

ORGANIZADORAS

**Lenir Santos**  
**Fernanda Terrazas**

# JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

1ª edição

2014

Saberes  
EDITORA



Copyright © by Lenir Santos, Fernanda Terrazas Saberes Editora, 2014

Direito desta edição Saberes Editora, 2014

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros meios quaisquer.

ISBN: 978-85-62844-50-8

Coordenação Editorial

Lenir Santos

Capa

Bruna Mello

Projeto gráfico e editoração

André S. Tavares da Silva

Revisão

Jaciara Lima

Tradução

Marcos Malvezzi Leal

**Biblioteca: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283**

J898

Judicialização da saúde no Brasil / organizadoras: Lenir Santos, Fernanda Terrazas.  
-- Campinas, SP : Saberes Editora, 2014.

1. Sistema Único de Saúde (Brasil) 2. Saúde pública - Brasil. 3. Saúde pública - Legislação - Brasil. 4. Direito à saúde - Brasil. I. Santos, Lenir. II. Terrazas, Fernanda.

CDD - 614.0981

- 344.8104

Índices para Catálogo Sistemático:

- |  |          |
|--|----------|
| 1. Sistema Único de Saúde (Brasil)     | 614.0981 |
| 2. Saúde pública - Brasil              | 614.0981 |
| 3. Saúde pública - Legislação - Brasil | 344.8104 |
| 4. Direito à saúde - Brasil            | 344.8104 |

**Saberes**  
EDITORA 

Av. Santa Isabel, 260 - Sala 05  
Barão Geraldo - Campinas, SP  
CEP 13084-012  
Fone + 55 19 3288-0013  
saberes@sabereseditora.com.br  
www.sabereseditora.com.br

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	17
<b>DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA NO SUS E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA</b> .....	23

*Renato Luís Dresch*

<b>FEDERALISMO SOLIDÁRIO: A RESPONSABILIDADE DOS ENTES FEDERATIVOS NA ÁREA DA SAÚDE</b> .....	25
1. A ascensão dos direitos sociais ao rol dos direitos fundamentais .....	28
2. O federalismo solidário na Constitucional federal de 1988 .....	29
3. A validade das normas de repartição de competência .....	32
4. A municipalização da saúde .....	35
5. O acesso universal e igualitário .....	37
6. A integralidade do atendimento .....	39
7. A organização administrativa e a repartição de competência entre os gestores .....	43
8. A regulação da assistência farmacêutica .....	46
9. O impacto deslocativo no orçamento em decorrência das decisões judiciais...51	
10. Conclusão .....	54

*Cristina Leitão Teixeira de Freitas*

<b>JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, SOLIDARIEDADE E RESSARCIMENTO: DESTAQUES DA POSIÇÃO DOS ESTADOS FRENTE À POLARIZAÇÃO DE ENTENDIMENTOS</b> .....	59
1. Premissas quanto à judicialização da saúde .....	61

2. Saúde e direito à saúde.....	62
3. Solidariedade na saúde.....	65
3.1. Qual solidariedade constitucional?.....	65
3.2. A solidariedade do código civil, aplicada pelos tribunais nos processos de saúde .....	69
3.3. A incongruência .....	75
4. Disciplina normativa da saúde: atendimento integral e competências das instâncias gestoras quanto ao fornecimento de medicamentos .....	78
4.1. Assistência Terapêutica Integral .....	78
4.2. Componentes da Assistência Farmacêutica .....	80
4.2.1. <i>Componente Básico (CBAF)</i> .....	81
4.2.2. <i>Componente Especializado (CEAF)</i> .....	82
4.2.3. <i>Componente Estratégico (CESAF)</i> .....	84
4.2.4. <i>Política Nacional De Atenção Oncológica</i> .....	85
5. Decisões judiciais para fornecimento de tratamentos de saúde.....	87
6. Problemas que surgem a partir da inobservância das regras do SUS .....	93
7. Dados específicos do estado do Paraná.....	94
8. Conclusões.....	95

## **A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E SEUS EFEITOS NA CONSOLIDAÇÃO DO SUS** .....

97

*Sonia Fleury*

*Mariana Faria*

<b>A JUDICIALIZAÇÃO COMO AMEAÇA E SALVAGUARDA DO SUS!</b> .....	99
1. América Latina: construção da democracia e judicialização da saúde .....	103
2. O efeito inverso (e perverso) da Judicialização da Saúde no Brasil .....	108
3. Pluralidade e circularidade dos poderes no Estado Democrático de Direito.....	117

*Lenir Santos*

<b>JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A INCOMPREENSÃO DO SUS</b> .....	125
1. Conceito de saúde: o que compreende saúde <i>como direito?</i> .....	130

2. O SUS e suas atribuições (o conteúdo da integralidade da assistência à saúde) .....	133
2.1. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.....	138
2.2. RENASES e RENAME.....	140
3. Competência dos entes federativos na rede interfederativa de saúde .....	144
4. O titular do direito à saúde .....	149
5. Políticas públicas de saúde e intervenção judicial .....	151
6. Considerações finais.....	155

*Clenio Jair Schulze*

<b>DIREITO À SAÚDE — NOVAS PERSPECTIVAS</b> .....	161
1. Os direitos fundamentais sociais.....	164
2. A extensão do direito fundamental à saúde. A possibilidade de restrição .....	167
3. A importância da Lei 12.401/11 .....	173
4. Considerações finais.....	178

<b>AÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS NO TOCANTE À JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE</b> .....	181
--	-----

*Luciana da Veiga Oliveira*

<b>COMITÊS EXECUTIVOS DA SAÚDE</b> .....	183
--	-----

*Gilmar de Assis*

<b>MEDIAÇÃO SANITÁRIA: DIREITO, SAÚDE E CIDADANIA</b> .....	197
1. O Ministério Público e o Direito Fundamental à Saúde.....	204
2. A estratégia da Mediação Sanitária na perspectiva da tríade Direito, Saúde e Cidadania .....	207
3. Como funciona a estratégia da Mediação Sanitária.....	210
4. Exemplos de atuação da Mediação Sanitária nos territórios.....	215
5. Conclusão .....	220

*Deborah Ciocci*

**I JORNADA DA SAÚDE: APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS  
DOS ENUNCIADOS APROVADOS** .....221

*Lenir Santos*

*André Luis Bonifácio de Carvalho*

**O IMPACTO DA JUDICIALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DA COMISSÃO  
INTERGESTORES TRIPARTITE** .....253

1. Análise do conteúdo do relatório tripartite .....256
  - 1.1.. Poder Judiciário.....257
  - 1.2. Dificuldades da Administração Pública: próprias e as geradas  
pela judicialização .....258
  - 1.3.. Consequências.....259
2. Atuação proativa da Administração Pública .....260
  - 2.1. Atuação geral de todos os entes .....260
  - 2.2. Em relação às defesas judiciais, medicamentos, produtos e procedimentos ....261
  - 2.3. Em relação aos Comitês Estaduais de Saúde .....261
  - 2.4. Em relação aos três entes federativos .....263
  - 2.5. Em relação à CIT .....263
3. Conclusões.....264

**OS IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO NO SUS** .....265

*Ana Luiza Chieffi*

*Paula Sue Facundo de Siqueira*

**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO** .....267

1. Judicialização no estado de São Paulo .....272
  - 1.1. Atividades Executadas pela CODES .....273
  - 1.2. Sistema S-CODES.....274
2. Descrição das informações cadastradas das demandas judiciais em saúde ....275
3. Estratégias no trato da judicialização .....291
  - 3.1. Procuradoria Geral do Estado (PGE) .....291
  - 3.2. Atendimento Administrativo.....292

3.3. Outras estratégias .....	294
3.3.1. <i>Triagem Farmacêutica no Juizado Especial da Fazenda Pública</i> — JEFAZ .....	294
3.3.2. <i>Projeto SUS no TJSP</i> .....	296
4. Considerações finais.....	297

## **ANÁLISE DAS POSIÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO NA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE** .....

303

*Fernanda Terrazas*

<b>NOVOS ELEMENTOS NO CENÁRIO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: ANÁLISE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES</b> .....	305
1. Novos elementos no cenário da judicialização da saúde.....	309
1.1. Audiência Pública nº 4 do Supremo Tribunal Federal.....	309
1.1.1. <i>Suspensão de Tutela Antecipada nº 175/CE</i> .....	311
1.2. Recomendação CNJ nº 31 de 30/03/10 .....	315
1.3. Lei 12.401/2011 .....	317
1.3.1. <i>Histórico da Lei 12.401/11</i> .....	317
1.3.2. <i>O conteúdo da Lei 12.401/11</i> .....	320
2. Análise das Decisões do STF e STJ .....	322
2.1. Método .....	322
2.2. Resultados .....	323
2.3. Comentários sobre os resultados encontrados .....	325
3. Conclusão .....	328

*Ana Carla Bliacheriene*

*Thiago Rubim*

*José Sebastião dos Santos*

<b>DELIMITAÇÃO DO SENTIDO NORMATIVO DOS PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS DO DIREITO À SAÚDE COMO PARÂMETRO MITIGADOR DA JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE</b> .....	331
1. O conceito de saúde e a percepção da Constituição federal de 1988 .....	334

2. Os princípios norteadores do direito à saúde na Constituição federal de 1988, suas origens e possíveis significados .....	337
2.1. Universalidade (Todos).....	340
2.2. Integralidade (Tudo?).....	341
2.3. Equidade.....	343
3. Como são financiados os sistemas de saúde.....	345
4. A judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil.....	352
5. Proposta de parâmetros mitigadores da judicialização excessiva das políticas públicas de saúde.....	359
6. Conclusão.....	362

*Fabio Mazza*

<b>JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>367</b>
1. Contextualização da judicialização da saúde e do processo orçamentário...370	
1.1. O Direito fundamental social à saúde na Constituição federal de 1988.....	371
1.2. O campo das finanças públicas e a judicialização da saúde .....	372
2. A teoria da reserva do possível.....	378
3. O Supremo Tribunal Federal (STF) e o direito à saúde.....	381
4. Considerações finais.....	387

*Alethele de Oliveira Santos*

*Maria Célia Delduque*

<b>DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE E SEUS FUNDAMENTOS PARA OS ATUAIS DEBATES NO STF E CNJ .....</b>	<b>391</b>
1. As relações entre os fundamentos apresentados na Audiência Pública da Saúde e os debates atuais sobre Direito Sanitário no STF e CNJ .....	396
1.1. Das Audiências Públicas no STF .....	396
1.2. Dos argumentos apresentados na Audiência Pública da Saúde e suas relações com os debates atuais .....	399
1.2.1. <i>Teses controversas sobre o Direito à Saúde</i> .....	400
1.2.2. <i>Da responsabilidade dos Entes</i> .....	400
1.2.3. <i>Da interferência do Poder Judiciário na política de saúde</i> .....	401



1.2.4. Do Financiamento .....	402
1.2.5. Do Registro e Incorporação Tecnológica .....	402
1.2.6. Do Assessoramento Técnico .....	405
1.2.7. Da Instrução Processual e Oitiva de Gestores .....	406
1.2.8. Da Formação em Direito Sanitário .....	408
2. Do direito prestacional, a uniformização dos entendimentos e as decisões judiciais.....	408
3. Considerações finais.....	412

## **ESTUDOS CLÍNICOS E O FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO NO SUS**.....417

*Daniel Wei Liang Wang*

*Octavio Luiz Motta Ferraz*

### **INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS CONTRA O ESTADO: QUEM É O RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO PÓS-ESTUDO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL?**.....419

1. Acesso pós-estudo aos medicamentos: o debate moral e diretrizes internacionais.....	424
2. Um direito ao acesso pós-estudo aos medicamentos no Brasil? .....	432
2.1. Responsabilidade das indústrias farmacêuticas pelo acesso pós-estudo .....	432
2.2. Responsabilidade do sistema público de saúde pelo acesso pós-estudo .....	434
2.3. O acesso pós-estudo nos tribunais .....	434
3. Conclusão .....	438

## **ANEXOS**.....445

<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE</b> .....	447
<b>RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)</b> .....	479